

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/12792	17834/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCQV - DPSBE - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

O Cuidador é toda a pessoa que assume como função a assistência a uma outra pessoa que, por razões tipologicamente diferenciadas, foi atingida por uma incapacidade, de grau variável, que não lhe permite cumprir, sem ajuda de outro(s), todos os atos necessários à sua existência, enquanto ser humano.

Nos dias de hoje, os Cuidadores Informais são um grupo populacional particularmente sensível, enfrentando diversas dificuldades, como sobrecarga física, emocional e social, que geram frequentemente sintomas de depressão, ansiedade e diminuição da qualidade de vida. A falta de apoio, tanto pessoal quanto técnico, assim como a falta de informação adequada são também problemas muito frequentes.

Considerando que:

- É reconhecida a dificuldade em diversas áreas que atingem os Cuidadores Informais;
- A Associação de Cuidadores, Familiares e Amigos de Braga possui um vasto trabalho na área dos Cuidadores Informais na nossa comunidade, possuindo conhecimentos fundamentais para a resolução de diversos problemas neste contexto em particular.

Nestes termos, e tendo por base as competências do Município, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”.



Propõe-se ao executivo municipal a ratificação de um **Protocolo de Colaboração com a Associação de Cuidadores, Familiares e Amigos de Braga (ACFAB)**, que pretende estabelecer o modo de cooperação entre ambas as entidades, com vista ao desenvolvimento, difusão e promoção de atividades e iniciativas de interesse para os Cuidadores Informais, das quais se elenca a criação do **Gabinete de Apoio ao Cuidador**, a funcionar no Gabinete Municipal de Saúde.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL
ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA
E A
ASSOCIAÇÃO DE CUIDADORES, FAMILIARES E AMIGOS DE BRAGA**

Prestar cuidados permanentes, ou regulares, a uma pessoa dependente é uma tarefa complexa, exigente e de grande sobrecarga psicológica. Como tal, é fundamental que existam respostas específicas de apoio, que sejam capazes de promover a saúde e a qualidade de vida do/a cuidador/a informal, dotando-o/a de conhecimentos e competências necessárias para um cuidado otimizado à pessoa dependente.

Reconhecendo os exigentes desafios inerentes ao papel de cuidador/a informal, para quem a tarefa de cuidar acaba por conferir uma mudança radical no quotidiano, torna-se fundamental valorizar e reconhecer o seu papel ao nível da coesão social, saúde e bem-estar.

Neste sentido, a criação de respostas sociais e de saúde por parte dos municípios deve contemplar ações que acrescentem valor para as pessoas cuidadoras e cuidadas. Deve ainda, prever parcerias com entidades locais que se distingam nesta resposta, contribuindo assim para a criação de redes estratégicas e fornecendo ferramentas que promovam a capacitação destas pessoas incrementando a melhoria da sua qualidade de vida.

É precisamente este o desafio que está na base da criação do *Programa de Capacitação para Cuidadores Informais* do Município de Braga, cujos principais desígnios assentam na capacitação do/a cuidador/a informal para o ato de cuidar e na melhoria da sua qualidade de vida, e que este protocolo sustenta, nomeadamente, a criação de um Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal

Considerando que:

- a. O **Município de Braga** dispõe de atribuições no domínio da saúde que salvaguardem e promovam os interesses próprios da população.

b. Compete ao **Município de Braga** apoiar as atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

c. A **Associação de Cuidadores Familiares e Amigos de Braga (ACFAB)**, é uma associação que desenvolve a sua atividade no concelho de Braga, constituída para defender os interesses e apoiar as necessidades dos Cuidadores Informais.

Assim, entre:

Município de Braga, pessoa coletiva de direito público número 506 901 173, adiante designada por CMB aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, com domicílio necessário na Praça Municipal, no concelho de Braga, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes legais para representação neste ato nos termos da alínea f) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 1, ambos do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município de Braga**.

E

ASSOCIAÇÃO DE CUIDADORES, FAMILIARES E AMIGOS DE BRAGA, pessoa coletiva com o número de identificação 515 011 797, com sede na Rua do Centro Social, n.º 8, 4715 – 538 Sobreposta, neste ato devidamente representada pela Presidente da Administração, e pelo Tesoureiro, adiante designada por “**ACFAB**”,

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração Institucional, recíproca, livremente e de boa-fé, nos termos e sob as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira **(Objeto)**

O presente protocolo visa estabelecer o modo de cooperação entre as Partes Outorgantes, com vista ao desenvolvimento, difusão e promoção de atividades e iniciativas de interesse para os Cuidadores Informais.

Cláusula Segunda **(Finalidade e objetivos)**

1. O presente protocolo visa a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que garantam o acesso de cuidadores informais a uma rede de recursos qualificada, inovadora e estratégica, nomeadamente através da criação conjunta de um Gabinete de Apoio ao Cuidador, a funcionar no Gabinete Municipal de Saúde.
2. No âmbito das respetivas atribuições e competências, as partes comprometem-se a desenvolver medidas e ações que promovam os seguintes objetivos:
 - a. Promover a literacia da comunidade em geral no que diz respeito ao papel do/a cuidador/a informal;
 - b. Promover a capacitação o/a cuidador/a informal para o ato de cuidar, através do conhecimento da doença e do aumento da literacia em saúde;
 - c. Promover um atendimento de proximidade, que potencie a redução da sobrecarga implícita na tarefa de cuidar;
 - d. Promover o bem-estar da pessoa cuidada, através da melhoria da eficiência e eficácia na atuação do cuidar;
 - e. Facilitar a Integração do/a cuidador/a informal numa rede de apoio especializada;
 - f. Esclarecer sobre as necessidades, direitos e deveres do cuidador informal;
 - g. Incentivar a comunicação entre os cuidadores formais e informais e a partilha de experiências;
 - h. Promover a criação e dinamização de grupos psicoeducativos e grupos de ajuda mútua.
 - i. Estimular a criação de respostas de substituição e descanso para os cuidadores informais.

Cláusula Terceira **(Obrigações de ambos os outorgantes)**

As partes comprometem-se a executar as medidas e ações definidas no presente protocolo, garantindo as condições ao nível organizacional, em termos de procedimentos e de recursos que sejam necessários ao planeamento, implementação, monitorização e avaliação das mesmas.

No âmbito do presente protocolo o Município de Braga e a ACFAB, comprometem-se a:

1. Diligenciar pela criação de uma rede de suporte formal à pessoa cuidadora informal;

2. Promover a melhoria da qualidade de vida dos/as cuidadores/as informais, e subsequentemente, das pessoas cuidadas;
3. Disponibilizar recursos humanos afetos às respostas ou iniciativas a implementar em torno dos cuidadores informais.

Cláusula Quarta

(Obrigações do Município de Braga)

Compete ao Município de Braga:

1. Promover práticas inclusivas para os/as cuidadores/as informais;
2. Garantir o acesso a consultas de psicologia e nutrição individuais gratuitas para cuidadores informais;
3. Apoiar e dinamizar projetos locais para os cuidadores informais;
4. Cedência de instalações para a constituição do Gabinete de Apoio ao Cuidador, no Gabinete Municipal de Saúde;
5. Envolver a ACFAB nas iniciativas que envolvam a temática dos cuidadores informais.

Cláusula Quinta

(Obrigações da ACFAB)

Compete à ACFAB:

1. Criar redes de apoio e estratégias de intervenção capazes de defender os interesses e colmatar as dificuldades sinalizadas pelos/as cuidadores/as informais;
2. Esclarecer e orientar no acesso aos serviços de apoio à pessoa cuidadora informal e à pessoa cuidada;
3. Esclarecer sobre as necessidades, direitos e deveres do/a cuidador/a informal.
4. Colaborar na capacitação dos recursos humanos municipais.

Cláusula Sexta

(Confidencialidade e dados pessoais)

1. As entidades subscritoras do presente Protocolo obrigam-se a preservar a confidencialidade dos dados pessoais a que tenham acesso ou que lhes tenham sido transmitidos no âmbito da execução da presente parceria, bem como a tomar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas à sua proteção nos termos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento n.º 2016/679,

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e de acordo com o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.

2. Para efeitos do presente, entende-se por confidencial toda a informação trocada entre as partes, direta ou indiretamente relacionada com a execução do presente Protocolo.

3. Excluem-se do número anterior as informações que sejam do domínio público ou que, por acordo expresso das partes, venham a sê-lo ou, ainda, que, por força de lei, contrato, processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas, os signatários estejam obrigados a revelar.

4. Toda a informação trocada entre as partes e qualificada, nestes termos, como confidencial obriga a parte recetora, nomeadamente, a:

- a) Manter o carácter sigiloso da informação recebida;
- b) Evitar por todos os meios que a mesma seja divulgada a terceiros;
- c) Usá-la única e exclusivamente para os fins do presente Protocolo.

5. As partes outorgantes obrigam-se ao estrito cumprimento das obrigações legais vigentes em matéria de proteção de dados pessoais.

6. As partes responsabilizam-se pelas violações à presente cláusula levadas a efeito pelos seus colaboradores.

Cláusula Sétima **(Prazo de Vigência)**

O presente protocolo entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura e vigora por um período de 2 (dois) anos, renovando-se por iguais e sucessivos períodos, se nenhum dos outorgantes o denunciar, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao termo do prazo da sua vigência, e sem prejuízo da conclusão de quaisquer atividades em curso.

Cláusula Oitava **(Revogação e Resolução)**

- 1. O presente protocolo pode ser revogado, a todo o tempo, por comum acordo escrito entre as partes outorgantes.
- 2. O incumprimento por qualquer das partes outorgantes das obrigações constantes do presente protocolo confere, à parte não faltosa, o direito à resolução do mesmo.
- 3. A resolução deverá ser notificada à parte faltosa, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula Nona (Renegociação)

O presente protocolo poderá ser objeto de renegociação entre as partes outorgantes, no caso de alteração fundamentada das condições que estiveram na base da sua celebração.

Cláusula Décima (Alterações)

No decorrer da vigência do presente protocolo, poderão ser introduzidos ajustamentos ou alterações ao mesmo, por comum acordo entre as partes, devendo estas alterações constar de documento escrito.

Cláusula Décima Primeira (Omissões e dúvidas)

As omissões e dúvidas que surjam da execução do presente protocolo serão resolvidas entre as partes e objeto de adenda ao mesmo.

Cláusula Décima Segunda (Lei Material Competente)

1. O presente Protocolo e qualquer litígio ou reclamação relacionadas com o mesmo serão regidos pelas disposições aplicáveis da lei portuguesa.
2. Antes de iniciar qualquer litígio as Partes Outorgantes comprometem-se a resolver qualquer diferendo emergente ou relacionado com o presente Protocolo recorrendo a todos os meios e tentativas de resolução amigável.
3. Para todas as questões emergentes do presente protocolo, designadamente a interpretação, a integração de lacunas e a resolução de diferendos, fica estabelecido o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

O presente Protocolo é elaborado em dois exemplares, ambos dotados de plena validade e eficácia, destinando-se um a cada uma das Partes Outorgantes, sendo constituído por 7 (sete) páginas.

Feito em Braga aos 31 dias do mês de janeiro de 2025

Pela Câmara Municipal de Braga,



(Dr. Ricardo Rio)

Pela Associação de Cuidadores, Familiares e Amigos de Braga,